

EDP Transmissão Goiás S.A.

CNPJ/ME nº 07.779.299/0001-73



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
			Reapresentado	Reapresentado
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	215.892	196.090	144.117
Disponibilidade da rede elétrica	8	30.687	26.206	32.229
Outros tributos compensáveis	9	5.037	2.106	1.610
Cauções e depósitos vinculados	12	9.614		
Ativos da concessão	13	206.919	156.881	170.430
Outros créditos	14	11.081	14.066	32.842
Total do Ativo Circulante		479.230	395.349	381.228
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	12	2.644	16.224	12.219
Ativos da concessão	13	1.283.954	1.129.554	1.207.931
Outros créditos	14	333		12.361
		1.286.931	1.145.778	1.232.511
Investimentos		532	532	215.205
Propriedades para investimentos	18	52.487	53.552	70.552
Imobilizado		7.457	2.231	7.594
Intangível		1.759	1.764	8.672
		62.235	58.079	302.023
Total do Ativo Não circulante		1.349.166	1.203.857	1.534.534
TOTAL DO ATIVO		1.828.396	1.599.206	1.915.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2022	2021
			Reapresentado
Receitas			
24	407.657	229.765	
Custos			
Custo de operação		(50.417)	(39.276)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(101.442)	(21.913)
	25	(151.859)	(61.189)
Lucro bruto		255.798	168.576
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(18.510)	(33.630)
Outras despesas e receitas operacionais		(6.038)	2.686
	26	(24.548)	(30.944)
Resultado das participações societárias		6.525	6.525
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		231.250	144.157
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		24.071	9.198
Despesas financeiras		(10.713)	(16.723)
	27	13.358	(7.525)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		244.608	136.632
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(14.209)	(23.980)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(44.683)	(21.578)
	28	(58.892)	(45.558)
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas		18.772	18.772
Lucro líquido do exercício	17	185.716	109.846
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)		29	
ON		0,56325	0,33315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2022	2021
		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	185.716	109.846
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	1.173	1.959
Imposto de renda e contribuição social diferidos	66	
Resultado abrangente do exercício	186.955	111.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2022	2021
		Reapresentado
Geração do valor adicionado		
Receita operacional	483.298	320.716
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	189.932	113.033
Receita relativa à construção de ativos próprios	(287)	2.453
Receita de Construção	1.259	1.259
Remuneração dos Ativos da concessão	120.816	19.838
Outras Receitas	172.837	153.594
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(126.346)	(75.991)
Custos da energia comprada		(1)
Encargos de uso da rede elétrica		(193)
Materiais	(1.915)	(3.234)
Serviços de terceiros	(14.861)	(13.068)
Custo com construção da infraestrutura	(101.442)	
Outros custos operacionais	(8.128)	(59.495)
Valor adicionado bruto	356.952	244.725
Retenções		
Depreciações e amortizações	2.967	(996)
Valor adicionado líquido produzido	359.919	243.729
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	25.289	9.708
Resultado da equivalência patrimonial		22.260
Valor adicionado total a distribuir	385.208	275.697
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	34.821	33.246
Benefícios	5.036	8.338
FGTS	6.527	2.348
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	140.170	103.357
Estaduais	219	45
Municipais	752	1.366
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	10.713	16.712
Aluguéis	1.254	439
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	71.963	
Dividendos		35.246
	271.455	201.097
	113.753	74.600
Resultado líquido do exercício	385.208	275.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**

A EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás ou Companhia), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada direta da Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina ou Controladora) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Goiânia, no Estado de Goiás, foi constituída em 26 de dezembro de 2005, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a exploração técnica e comercial de instalações de transmissão, que lhe foram outorgadas pelo Poder Concedente, por meio de contratos de concessão específicos.

Em 14 de outubro de 2021 a EDP - Energias do Brasil divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, venceu a licitação na modalidade de leilão, realizado na forma do edital CelgPar nº 02/2021, para alienação de 100% das ações da EDP Transmissão Goiás S.A. ("EDP Goiás") pertencentes à Companhia Celg de Participações - CelgPar. Nos termos do edital, a liquidação do leilão e a consumação da aquisição das ações EDP Goiás, por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, estão sujeitas a homologação do resultado do leilão pela Comissão de Licitação, aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, anuência da ANEEL e consumação do direito de preferência dos acionistas minoritários da CelgPar, que totalizam 0,1% de participação. As referidas aprovações e homologações ocorreram até 07 de fevereiro de 2022.

Em 07 de fevereiro de 2022, a EDP - Energias do Brasil divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, na referida data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.).

Em Assembleia Geral ocorrida em 17 de março de 2022, foi aprovada a alteração da denominação social de CELG Transmissão S.A. para EDP Transmissão Goiás S.A.

A Companhia possui linhas e subestações de transmissão pertencentes à rede básica do sistema brasileiro de transmissão.

- Concessão**

A transferência da concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia Energética de Goiás para a EDP Goiás foi aprovada pela ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 643, de 25 de julho de 2006.

A Companhia detém junto à ANEEL as seguintes concessões de transmissão:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação	Contrato	nº
744 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/138/69kV	01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	063/2001(*)	
11 km	Serviço Público	Concessão	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230kV	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente		003/2015
0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Concessão	GO	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente		004/2016

(*) O contrato possui um marco regulatório específico conforme nota 2.1 e é regido pela lei 12.783/2013.

Os contratos apresentam vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita Anual Permitida - RAP

O contrato de Concessão nº 063/2001, prorrogado nos termos da Lei 12.783/2013, a RAP da Companhia passou a ser de R\$258.044, sendo o valor de R\$34.118 referente ao Componente Financeiro e R\$52.694 referente ao Componente Econômico dos Ativos de transmissão indenizados nos termos da Portaria MME 120/2016, R\$67.993 referente aos custos de Operação e Manutenção (Custos Operacionais) e R\$103.241 relativos aos novos empreendimentos de transmissão.

Já os contratos de Concessão nº 003/2015 e 004/2016 estabelecem que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$1.640 e R\$17.489, respectivamente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
			Reapresentado	Reapresentado
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	15	25.613	2.864	7.253
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9	1.676	7.492	22.028
Outros tributos a recolher	9	16.651	4.477	4.808
Dividendos	16	61.169	35.246	39.340
Empréstimos e financiamentos	19	11.522	12.103	10.693
Encargos Setoriais	21	7.151	4.537	3.338
Provisões	22	4.391		
Outras contas a pagar	14	12.008	6.387	5.933
Total do Passivo Circulante		140.181	73.106	93.393
Não circulante				
PIS e COFINS diferidos	10	127.810	109.695	113.731
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10	301.774	257.156	251.688
Empréstimos e financiamentos	19	74.303	85.144	95.747
Encargos Setoriais	21	1.353	1.880	5.420
Provisões	22	7.131	12.291	7.081
Outras contas a pagar	14	3.933	3.015	5.268
Total do Passivo Não circulante		516.304	469.181	478.935
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	23.1	328.750	328.750	670.449
Reservas de lucros	23.3	843.287	774.437	682.655
Outros resultados abrangentes	23.4	(126)	(1.365)	(3.324)
Prejuízos acumulados			(44.903)	(6.346)
Total do Patrimônio líquido		1.171.911	1.056.919	1.343.434
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.828.396	1.599.206	1.915.762

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	670.449	646.264	(3.324)	-	1.313.389
Ajustes de exercícios anteriores		36.391		(6.346)	30.045
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (Reapresentado)	670.449	682.655	(3.324)	(6.346)	1.343.434
Cisão de operações descontinuadas	(341.699)	(21.375)			(363.074)
Lucro do exercício				109.846	109.846
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal		7.420		(7.420)	-
Reserva de retenção de lucros		105.737		(105.737)	-
Dividendos propostos				(35.246)	(35.246)
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			1.959		1.959
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	328.750	774.437	(1.365)	(44.903)	1.056.919
Capital social	328.750	774.437	(1.365)	(44.903)	1.056.919
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	328.750	774.437	(1.365)	(44.903)	1.056.919
Lucro líquido do exercício				185.716	185.716
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal		7.040		(7.040)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(71.963)	(71.963)
Dividendo adicional proposto		61.810		(61.810)	-
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			1.173		1.173
Imposto de renda e contribuição social diferidos			66		66
Saldos em 31 de dezembro de 2022	328.750	843.287	(126)	-	1.171.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
			Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		244.608	136.632
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Remuneração dos Ativos da concessão		(242.801)	(127.546)
Valor justo do ativo financeiro indenizável			(30.259)
Depreciações e amortizações		882	839
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		9.284	16.342
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		4.081	(87)
Resultado de participações societárias			(6.525)
Propriedades para investimentos		1.071	(201)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		261	14
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(1.412)	
Outros		110	900
		16.084	(9

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4 Base de preparação
4.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

4.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

4.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 30.1.1.

4.4 Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 13); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10); Determinação dos déficits/superávits relacionados aos planos de benefícios pós-emprego (Nota 20); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 22.1); Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 22.2); Propriedade para investimento (Nota 18); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 30.1.2.1).

4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.6 Redução ao valor recuperável
A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.
Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros de concessão
São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro
A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

4.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes
Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

4.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão de obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

4.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5 Reapresentação do exercício anterior

A Companhia está reapresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado relativas a 31 de dezembro de 2021, originalmente autorizadas em 27 de janeiro de 2022. Conforme descrito na Nota Explicativa nº1, em 07 de fevereiro de 2022 a Companhia foi adquirida pela EDP - Energias do Brasil, e após a combinação de negócio, no processo de revisão das práticas contábeis adotadas pela nova administração foi efetuada adoção do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/20.
Tais mudanças foram aplicadas de maneira retrospectiva, de forma a ajustar os exercícios de 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentados para fins de comparação com o exercício atual, como se estivessem corretos nas respectivas datas, sendo os ajustes registrados em Lucros ou Prejuízos acumulados, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
Os impactos estão demonstrados nos quadros abaixo:

5.1 Balanço Patrimonial

	31/12/2021			31/12/2020		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
ATIVO						
Circulante						
Total do Ativo Circulante	395.349	-	395.349	381.228	-	381.228
Não circulante						
Ativos da concessão	1.197.172	(67.618)	1.129.554	1.218.630	(10.699)	1.207.931
Outros créditos						12.361
Total do Ativo Não circulante	1.213.396	(67.618)	1.145.778	1.213.396	(10.699)	1.145.778
TOTAL DO ATIVO	1.666.824	(67.618)	1.599.206	1.666.824	(10.699)	1.599.206
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
PASSIVO						
Circulante						
Total do Passivo Circulante	73.106	-	73.106	93.393	-	93.393
Não circulante						
Tributos diferidos	394.761	(27.910)	366.851	369.772	(4.353)	365.419
Provisões	7.096	5.195	12.291	7.081		7.081
Total do Passivo Não circulante	491.896	(22.715)	469.181	483.288	(4.353)	478.935
Patrimônio líquido						
Prejuízos acumulados		(44.903)	(44.903)		(6.346)	(6.346)
Total do patrimônio líquido	1.101.822	(44.903)	1.056.919	1.349.780	(6.346)	1.343.434
TOTAL DO PASSIVO	1.666.824	(67.618)	1.599.206	1.666.824	(10.699)	1.599.206

5.2 Demonstração do Resultado

	2021			2020		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Receitas						
Custos						
Custo de operação			(34.081)	5.195		(39.276)
Lucro bruto			210.001	41.425		168.576
Despesas e Receitas operacionais						
Outras despesas e receitas operacionais			19.681	16.995		2.686
			(13.949)	16.995		(30.944)
			6.525			6.525
Resultado das participações societárias			202.577	58.420		144.157
Resultado antes do resultado financeiro e tributos						
Resultado financeiro						
			(7.525)			(7.525)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			195.052	58.420		136.632
Tributos sobre o lucro						
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(41.441)	(19.863)		(21.578)
			(65.421)	(19.863)		(45.558)
Resultado Líquido das Operações Continuadas			18.772			18.772
Resultado líquido do exercício			148.403	38.557		109.846

5.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

	2021		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	195.052	(58.420)	136.632
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Remuneração dos Ativos da concessão	(161.445)	33.899	(127.546)
	14.630	(24.521)	(9.891)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Ativos da concessão	154.371	18.491	172.862
Outros ativos operacionais	14.750	270	15.020
	157.882	18.761	176.643
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Outros passivos operacionais	(242)	(472)	(714)
	(1.479)	(472)	(1.951)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	141.417	(6.232)	135.185
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão	(24.367)	4.529	(19.838)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(22.866)	4.529	(18.337)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social líquido do custo de emissão	(1.703)	1.703	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(66.578)	1.703	(64.875)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	51.973	-	51.973

5.4 Demonstração do Valor Adicionado

	2021		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Geração do valor adicionado			
Receita operacional	302.021	(35.394)	266.627
Receita relativa à construção de ativos próprios	25.626	(4.529)	21.097
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(53.801)	(22.190)	(75.991)
Outros custos operacionais	(37.305)	(22.190)	(59.495)
Valor adicionado total a distribuir	337.810	(62.113)	275.697
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições Federais	126.913	(23.556)	103.357
Remuneração de capital próprio	-	35.246	35.246
Juros sobre capital próprio	189.407	11.690	201.097
Lucros retidos	148.403	(73.803)	74.600
	337.810	(62.113)	275.697

6 Eventos significativos no exercício

6.1 Reajuste tarifário
Em 12 de julho de 2022, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.067, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 11,73% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1. Nesta mesma REH, foram incorporados os efeitos de incremento e ajustes de RAP previstos no Despacho - DSP nº 1.425, que decidiu sobre os pedidos de reconsideração interpostos pela Companhia, em face da Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, que aprovou a RAP do período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. (Nota 13.2).

6.2 Aquisição adicional de ações da Companhia
Em dezembro de 2022, a Controladora da Companhia adquiriu ações, sendo ao todo, 16.077 ações ordinárias. Dessa forma, a Controladora passou a deter 329.720.499 ações, que representam 99,9989% do capital social total da Companhia (Nota 23.1).

6.3 Medidas da ANEEL para regulação de transmissão de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 1.562 em 22 de setembro de 2022	O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria Normativa nº 1.562/2022, aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.645, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Companhia.	A Portaria Normativa nº 1.562/22 entrou em vigor na data da publicação. (Nota 9)
Resolução Normativa nº 1.052 de 09 de dezembro de 2022	A REN nº 1.052/22 aprovando a revisão do Módulo 1 e do Módulo 3 das Regras dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica.	A Companhia precisará se adequar às novas regras estabelecidas pela REN que entra em vigor em julho de 2023.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022		31/12/2021	
	Publicado	Ajustes	Publicado	Ajustes
Bancos conta movimento			1.141	2.728
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB			214.751	193.362
			214.751	193.362
Total			215.892	196.090

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.
Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 92,00% a 102,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.
As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.
A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 30.
As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

8 Disponibilidade da rede elétrica

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidade de uso da rede elétrica	30.687	26.158
Outros créditos		48
	30.687	26.206

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2022 de R\$30.687 (R\$26.158 em 31 de dezembro de 2021), refere-se, substancialmente, ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. A variação no exercício decorre principalmente do aumento da receita da Companhia, dado o reajuste anual que ocorreu em julho de 2022, o qual além da aplicar a inflação definida pela ANEEL, também homologou dezesseis novas funções de transmissão, para as quais as RAPs cujo status em 2021 eram previstas, tornaram-se ativos e constituíram o direito ao recebimento pela Companhia (Nota 6.1).
Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.
Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Disponibilidade da rede elétrica e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

9 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2021		Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transfêrência	Saldo em 31/12/2022
	Publicado	Ajustes					
Ativos compensáveis							
Outros tributos compensáveis							
PIS e COFINS	-	709				(657)	52
IRRF sobre aplicações financeiras	-	2.732				2.040	4.772
IR/CS retidos sobre faturamento	-	248				(46)	202
Outros	2.106	312				(2.407)	11
Total Circulante	2.106	4.001				(1.070)	5.037
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7.492	14.209			(8.042)	(11.983)	1.676
Total Circulante	7.492	14.209		</			

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	Total Não circulante
9.637	9.637	9.637	8.821	8.822	46.554

11 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora (Nota 16), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Relacionamento	Duração	Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante	Não circulante	Não circulante	Receitas (Despesas) Operacionais	2022
Disponibilidade da rede elétrica (Nota 8)						
Uso do sistema de transmissão						
EDP Espírito Santo	Controle Comum	23/12/2019 a 17/07/2025	181			1.465
EDP São Paulo	Controle Comum	23/12/2019 a 23/11/2028	289			1.924
Enerpeixe	Controle Comum	01/03/2006 a 30/11/2036	17			176
Lajeado	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033	23			238
Investco	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033				3
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	01/11/2014 a 31/12/2048	7			73
São Manoel	Controle Comum	01/11/2017 a 30/04/2049	46			375
Porto do Pecém	Controle Comum	01/01/2013 a 31/07/2043	18			257
CEJA	Controle Comum	01/04/2013 a 31/12/2044	11			115
			592	-	-	4.626

Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 14)

Contrato de prestação de serviços (a)

Relacionamento	Duração		Circulante		Não circulante	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Porto do Pecém	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	117			117
Investco	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	553			553
CEJA	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	348			348
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	348			348
Enerpeixe	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	344			344
EDP Smart Serviços	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	32			32
São Manoel	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	340			340
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	347			347
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	372			371
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	306			306
Mata Grande Transmissora	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	50			50
Central Eólica Pereira Barreto I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47			48
Central Eólica Pereira Barreto II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47			48
Central Eólica Pereira Barreto III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47			48
Central Eólica Pereira Barreto IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47			48
Central Eólica Pereira Barreto V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	41			40
			3.386	-	-	3.388

Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)

Relacionamento	Duração			
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/02/2022 a 31/12/2026	9	(159)
EDP São Paulo	Controle Comum	01/02/2022 a 31/12/2022	17	(22)

Compartilhamento de BackOffice (c)

Relacionamento	Duração			
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/02/2022 a 31/12/2023	39	702

Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (d)

Relacionamento	Duração			
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2019 a 31/12/2022	11	1.810
			3.978	50
			50	26
			26	2.331
			26	10.345

(*) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Prestação de serviços

Foi aprovado pela ANEEL, em 03 de março de 2021, por meio do Despacho nº 588, o Contrato de Prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana, entre a EDP Transmissão Litoral Sul e a EDP Trading.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 1º de junho de 2024.

(b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (**), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação pela EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde foram excluídas do compartilhamento. O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026.

Ainda em 2021, foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da Companhia localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (**), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os percentuais de rateio devem ser revisados anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado e Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I(*) e Horizon Transmissão MA II(*) em dezembro de 2021, desde janeiro de 2022 estão excluídas tais empresas do compartilhamento, cujo critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *BackOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

(d) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*), e EDP Transmissão SP-MG. O contrato foi anuído previamente pela ANEEL, mantendo o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, consequentemente, a partir desta data foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à EDP - Energias do Brasil.

(**) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à EDP - Energias do Brasil.

11.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

11.2 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2022	2021
Remuneração	687	2.490
Benefícios	45	79
Total	732	2.569

12 Cauções e Depósitos Vinculados

	Nota	Saldo em		Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em
		31/12/2021	31/12/2022					
Depósitos judiciais		2.579		36	6			556
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	12.1	12.880	96	1.406	(3.445)			10.937
Outros cauções		765						765
		16.224	132	1.412	(3.445)	(2.065)		12.258
Circulante		-						9.614
Não Circulante		16.224						2.644

12.1 Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

Refere-se à garantia exigida junto ao financiamento do Banco do Brasil. A Companhia tem a obrigação de manter durante todo o prazo de vigência, conta reserva com saldo mínimo a 6 (seis) parcelas do serviço da dívida. Após análise da Companhia, foi realizado o resgate no montante de R\$2.065 do saldo excedente para ajuste na estimativa das próximas parcelas.

13 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM nº122/22 e nº128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários. A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao

avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na Nota Explicativa 24 - Receitas. No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União. De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 30.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Remuneração	Faturamento de RAP	Margem na construção	Operações descontinuidas		Valor líquido em 31/12/2021
						(Nota 17)	Outros	
Ativos da concessão	1.378.361	18.921	167.489	(172.862)	901	(63.264)	(43.111)	1.286.435
	1.378.361	18.921	167.489	(172.862)	901	(63.264)	(43.111)	1.286.435
Circulante	170.430							156.881
Não circulante	1.207.931							1.129.554
	Valor líquido em 31/12/2021	Adições (Notas 13.1, 24 e 25)	Remuneração (Nota 24)	Faturamento de RAP (Nota 8)	Margem na construção (Nota 24)	Outros (Nota 13.2)		Valor líquido em 31/12/2022
Ativos da concessão	1.286.435	101.442	172.837	(173.978)	8.204	95.933		1.490.873
	1.286.435	101.442	172.837	(173.978)	8.204	95.933		1.490.873
Circulante	156.881							206.919
Não circulante	1.129.554							1.283.954

Do saldo total de R\$1.490.873: (i) R\$1.099.764 refere-se ao contrato 063/2001; (ii) R\$212.280 refere-se ao contrato 004/2016; (iii) R\$26.872 refere-se ao contrato 003/2015; e (iv) R\$151.957 refere-se aos novos investimentos do contrato 063/2001.

13.1 Adições

Em 27 de fevereiro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 8.614 a ANEEL autorizou a Companhia a implantar os reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, sobre o empreendimento SE Itapaci, para o qual no momento da autorização fora definida a RAP de R\$9.187, a ser corrigida anualmente pelo indexador IPCA.

13.2 Outros

Do montante de R\$95.933, R\$75.789 refere-se a RAP homologada por meio da REH nº 3.067. De acordo base nas regras de reajuste e revisão previstas nos contratos de concessão e na regulamentação setorial (PRORET), as quais estão sujeitas ao reajuste inflacionário. O montante são reconhecidos e remunerados através de fluxos financeiros de longo prazo projetados dentro das melhores estimativas e trazidos a valor presente. Quando são homologados os novos valores de receita, a companhia aplica sobre as parcelas remanescentes a diferença entre a inflação inicial e a nova projeção, para o qual foi aprovado para o ciclo 2022/23, o efeito inflacionário de 11,73% (Nota 6.1).

14 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos			1.851		1.122
Dispêndios a reembolsar			20		3
Bens destinados à alienação	14.1	746		11.166	
Serviços em curso		90			
Serviços prestados a terceiros		53		90	
Ressarcimento de custos - CDE		663			
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	3.386			50
Despesas pagas antecipadamente		1.640		1.217	
Estoques	14.2	1.671		436	
Outros		961		32	283
Total		11.081		14.066	333
Outras contas a pagar - Passivo					
Credores diversos - consumidores e concessionárias			773		13
Folha de pagamento					129
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11				26
Benefícios pós-emprego		31		264	413
Obrigações sociais e trabalhistas	14.3	6.361		5.486	1.498
Arrendamentos e aluguéis		236			457
Parcela de ajuste	14.4	1.295			2.420
Outros	14.1	3.312		624	488
Total		12.008		6.387	3.933

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2021
PASSIVO	
Circulante	
Fornecedores	581
Tributos	2.129
Encargos setoriais	41
	2.751
Não circulante	
Tributos diferidos	22.149
	22.149
Patrimônio líquido	
Capital social	341.699
Reservas de lucros	21.375
	363.074
TOTAL DO PASSIVO	367.974

19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Os empréstimos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022			31/12/2021			Total	
									Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não circulante	Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não circulante		
Moeda nacional																
CCB BRASIL - 511600554	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	O crédito deferido destina-se à construção, operação e manutenção de instalação de transmissões, caracterizadas no Anexo 6K do Edital do Leilão nº 01/2015-ANEEL, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 004/2016, localizadas no imóvel de terceiros conforme Contrato de Compartilhamento de Instalações CCI N°001/2016 - SMTE 2016 assinado entre Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. e Celg Geração e Transmissão S/A situada no município de Luziânia, no Estado de Goiás.	IPCA + 4,225% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	379	4.853	33.037	38.269	624	4.853	38.018	43.495
(-) Custo de transação	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030						(45)	(323)	(368)		(45)	(356)	(401)
CCB BRASIL - 511600555	9.132	26/09/2018	7.414	26/09/2018 a 01/10/2030	O crédito deferido destina-se à instalação do 3º transformador 230/69kV - 50MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel situado na BR 153 (sentido Itumbiara-Goiânia), Perímetro Urbano, matrícula 11.392, situada no município de Itumbiara, Estado de Goiás.	IPCA + 5,163% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	32	411	2.808	3.251	56	411	3.220	3.687
(-) Custo de transação	(125)	26/09/2018	(125)	26/09/2018 a 01/10/2030						(7)	(50)	(57)		(7)	(56)	(63)
CCB BRASIL - 511600556	6.260	26/09/2018	4.521	26/09/2018 a 01/10/2030	O crédito deferido destina-se à instalação do 4º banco de transformadores 230/138kV - 150MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Caralbas, matrícula 11.999, situada no município de Goiânia, Estado de Goiás.	IPCA + 5,163% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	53	674	4.607	5.334	91	674	5.279	6.044
(-) Custo de transação	(85)	26/09/2018	(85)	26/09/2018 a 01/10/2030						(10)	(73)	(83)		(10)	(81)	(91)
CCB BRASIL - 511600557	8.309	26/09/2018	7.923	26/09/2018 a 01/10/2030	O crédito deferido destina-se à instalação do 2º banco de transformadores 230/138kV - 150MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 5444, de 01 de setembro de 2015, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda São Domingos, matrícula nº 2.001, nº2.101 e nº 2.617 de propriedade da CELG Distribuição S.A., situada no município de Firminópolis, Estado de Goiás.	IPCA + 4,225% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	56	720	4.922	5.698	93	720	5.642	6.455
(-) Custo de transação	(113)	26/09/2018	(113)	26/09/2018 a 01/10/2030						(9)	(68)	(77)		(9)	(74)	(83)
CCB BRASIL - 511600561	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	O crédito deferido destina-se à construção, operação e manutenção de instalação de transmissões, caracterizadas no Anexo 6-F do Edital do Leilão nº 04/2014-ANEEL, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 003/2015, localizadas numa área de terra situada numa faixa de 40 m de largura, com aproximadamente 11Km de extensão, com origem na Subestação Itumbiara e término na Subestação Paranaíba, no Estado de Goiás.	IPCA + 5,163% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	57	731	4.993	5.781	99	731	5.724	6.554
(-) Custo de transação	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030						(10)	(69)	(79)		(10)	(76)	(86)
CCB BRASIL - 511600669	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	O crédito deferido destina-se à instalação do 3º Transformador Trifásico TR3 230/69/13,8kV - 50MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Camarão lugar Córrego Areira, matrícula nº 2.413 e imóvel de matrícula 23.485, situada no município de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás.	IPCA + 4,694% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	48	571	4.190	4.809	80	571	4.761	5.412
(-) Custo de transação	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031						(7)	(55)	(62)		(7)	(61)	(68)
CCB BRASIL - 511600670	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	O crédito deferido destina-se à instalação do 2 Bancos de Autotransformadores 230/138/13,8kV (6x75 MVA) e conexões, em substituição aos atuais, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº5444, de 01 de setembro de 2015, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Santo Antônio, matrícula nº 171.514, situada no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.	IPCA + 4,694% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	100	1.201	8.805	10.106	168	1.201	10.005	11.374
(-) Custo de transação	(87)	28/03/2019	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031						(15)	(115)	(130)		(15)	(127)	(142)
CCB BRASIL - 511600682	7.004	15/05/2019	6.968	15/05/2019 a 01/05/2031	O crédito deferido destina-se à instalação de Transformador Trifásico 230/69/13,8 kV - 50 MVA, ativação do transformador reserva e conexões, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº5444, de 01 de setembro de 2015, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Córrego Fundo, matrícula nº 1.026, situada no município de Morrinhos, Estado de Goiás.	IPCA + 4,454% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	53	633	4.636	5.322	88	633	5.332	6.053
(-) Custo de transação	(96)	15/05/2019	(96)	15/05/2019 a 01/05/2031						(8)	(60)	(68)		(8)	(67)	(75)
CCB BRASIL - 511600785	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	O crédito deferido destina-se à instalação do 3º Transformador Trifásico TR3 230/69/13,8 kV - 50MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Santo Antônio - José Fidélis, matrícula 171.514, situada no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.	IPCA + 4,356% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	82	993	7.227	8.302	126	1.010	8.179	9.315
(-) Custo de transação	(164)	27/06/2019	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031						(14)	(109)	(123)		(15)	(118)	(133)
Total									860	10.662	74.303	85.825	1.425	10.678	85.144	97.247

Não há cláusulas de *covenants* para os empréstimos mencionado acima.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$86.872 em 31 de dezembro de 2022.

19.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos provisionados	Juros recebidos	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
Empréstimos e financiamentos							
Principal	10.804	(10.748)		10.743		(12)	10.787
Juros	1.425	(9.958)	9.393				860
Custo de transação	(126)			(94)	95		(125)
	12.103	(20.706)	9.393	10.649	95	(12)	11.522
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	86.160			(10.743)		(192)	75.225
Custo de transação	(1.016)			94			(922)
	85.144	-	-	(10.649)	-	(192)	74.303

19.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Total
Circulante	
2023	11.522
	11.522
Não circulante	
2024	10.744
2025	10.744
2026	10.744
2027	10.744
2028	10.744
2029 até 2033	20.583
	74.303
Total	85.825

20 Benefícios pós-emprego

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado. A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição definida	31	264	413	1.498
	31	264	413	1.498

20.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

20.1.1 Planos de Benefício definido

• Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A Companhia tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da Companhia na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da Companhia possuem as seguintes características:

(i) CelgPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos.

18 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento foram ajustados ao valor justo de acordo com o CPC 28 - Propriedade para investimento, com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes após a aquisição da Companhia:

O valor justo dos terrenos foi determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes.

	Saldos em 31/12/2021	Baixas	Saldos em 31/12/2022
Terrenos	53.552	(1.065)	52.487
	53.552	(1.065)	52.487

• **Terrenos:** Referem-se, aos Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à Companhia, com anuência da CELGP. Os terrenos estão localizados no estado de Goiás.

A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelgPrev.

(ii) Eletra01 - Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício. Os benefícios da Eletra do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no período anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

20.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência. As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário.

20.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Ativo reconhecido
Custo do serviço corrente	(9)		(9)
Custo dos juros	(788)	660	(128)
Ganhos/(perdas) atuariais	(2.229)	3.402	1.173
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(3.026)	4.062	1.036

As contribuições da Companhia esperadas neste plano para o exercício de 2023 é de R\$19.

O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2022, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$126 (R\$1.364 em 31 de dezembro de 2021).

20.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos do plano de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	CELGPREV	ELETRA 01
Circulante		
2023	747	123
	747	123
Não circulante		
2024	769	127
2025	796	131
2026	823	135
2027	851	139
2028 a 2032	4.662	751
	7.901	1.283
Total	8.648	1.406

20.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2022	2021
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		9	55
Custo dos juros	27	128	216
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		137	271
Remensuração do valor líquido do benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores recebidos em despesa financeira líquida)		(3.403)	(128)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		2.427	577
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		(197)	(2.408)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		(1.173)	(1.959)
Total		(1.036)	(1.688)

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20.1.1.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2022
Participantes ativos	31
Participantes assistidos	
Aposentados e pensionistas	13
	13
Total	44

20.1.1.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	Obrigações dos planos			
	2022		2021	
	CELGPREV	ELETRA 01	CELGPREV	ELETRA 01
Pressupostos centrais	9.627	1.636	7.159	2.130
Taxa de desconto				
Aumento em 0,5%	9.127	1.551	6.931	2.067
Redução em 0,5%	10.025	1.698	7.314	2.168
Mortalidade				
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	9.730	1.658	7.232	2.156

20.1.1.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

Econômicas	2022		2021	
	CELGPREV	ELETRA 01	CELGPREV	ELETRA 01
Taxa de desconto - nominal	9,86%	9,86%	8,89%	8,89%
Crescimento salarial futuro	4,87% a.a.	n/a	4,87% a.a.	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000 M, suavizada em 10%	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 85	IAPB 57 Forte	MI 85	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 D50%	n/a	TASA 1927, suavizada em 50%	n/a

20.1.2 Contribuição definida

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão; e
- Suplementação do abono anual.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$829 (R\$1.537 em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 este plano tem a adesão de 45 colaboradores (138 em 31 de dezembro de 2021).

21 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualizações monetárias	Pagamentos / Recebimentos	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Conta de desenvolvimento energético - CDE	21.1	3.894	22.378		(20.942)		5.330
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)		24			(24)		-
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	21.2	2.130	2.257	261	(1.556)		3.092
Outros encargos		369	6.552		(6.746)	(93)	82
Total		6.417	31.187	261	(29.268)	(93)	8.504
Circulante		4.537					7.151
Não circulante		1.880					1.353

21.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, anuidos pela ANEEL.

21.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

22 Provisões

	Nota	Circulante 31/12/2022	31/12/2022	Não circulante 31/12/2021	01/01/2021
Provisões trabalhistas, fiscais e regulatórias	22.1	3.475	5.128	7.096	7.081
Licenças ambientais	22.2	916	2.003	5.195	
Total		4.391	7.131	12.291	7.081

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

22.1 Provisões trabalhistas, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo			
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022	Depósito judicial 31/12/2022	Judicial 31/12/2021
	Trabalhistas	22.1.1.1	2.937	4.250	(2.363)	(615)	490	4.699	465
Cíveis		102			(34)	17	85		
Fiscais	22.1.1.2	825			(406)	(75)	344		
Regulatórias	22.1.1.3	3.232		(211)		454	3.475		
Total		7.096	4.250	(2.574)	(1.055)	886	8.603	465	2.579
Circulante		-				3.475			
Não circulante		7.096				5.128		465	2.579

22.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

22.1.1.2 Fiscais

Processos administrativos, os quais tratam de créditos não homologados pela Receita Federal, decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2016). Em 31 de dezembro de 2022 o valor é de R\$348. A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

22.1.1.3 Regulatórias

Referem-se aos autos de infração aplicados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE/ANEEL).

22.1.2 Risco de perda possível

	Passivo				Ativo	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Depósito judicial 31/12/2022	Judicial 31/12/2021
	Trabalhistas	22.1.2.1	4.755	230		
Cíveis	22.1.2.2	8.000	521			
Fiscais	22.1.2.3	917				
Total		13.672	751			6

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

22.1.2.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

22.1.2.2 Cíveis

• Processo nº 5529020-74.2021.8.09.0051 em trâmite na 16ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, movido pela Embrace Participações LTDA., por suposto desequilíbrio econômico, considerando a existência de solo diverso no local da obra, divergindo do apresentado pela Companhia. Afirma que a previsão original de escavação de 1.158,28 m³ se manteve, mas foi realizada em solo de 3ª categoria, tendo recebido pela escavação em solo de 2ª categoria, razão pela qual pleiteia a diferença de preço. Além disso, a Embrace também pleiteia o acréscimo de 16 meses, entendendo como devido o valor de mensal de R\$61. Tal pedido foi fundamentado, na interpretação da demandante, tendo como relação a permanência da equipe no local da obra, quanto ao período da mobilização da equipe no canteiro de obra. Atualmente o processo encontra-se aguardando designação de perícia. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 4.253.

• Processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.724.

22.1.2.3 Fiscais

Processos administrativos federais, os quais tratam de créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2015, 2016 e 2017) não homologados e multa isolada. Em 31 de dezembro de 2022 é de R\$917. A Companhia apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

22.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cíveis e trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$85.

22.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,95% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 31/12/2021
			Reapresentado
Não circulante		-	5.195
Total		-	5.195

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2021	Adições (Nota 22.2.1)	Transferências	AVP	Reversão (Nota 22.2.2)	Saldo em 31/12/2022
Circulante	-	962		5.195	(46)	(5.195)
Não circulante	5.195	2.503	(5.195)	(500)		2.003
Total	5.195	3.465		(546)	(5.195)	2.919

22.2.1 Adições

As adições de R\$3.465, referem-se à estimativa de gastos com programas ambientais que ocorreram no exercício de 2022.

22.2.2 Reversão

A reversão de R\$5.195 refere-se a revisão de estimativa para gastos com condicionantes ambientais realizado pela Companhia.

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$328.750 (R\$328.750 em 31 de dezembro de 2021) totalmente subscrito e integralizado, representado por 329.725.474 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do Capital social está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
	Qtde. de ações	Percentual de participação
Santa Leopoldina	329.721.899	99,9989%
Companhia Celg de Participações - CELPAR		
Outros	3.575	0,0011%
Total	329.725.474	100,00%

23.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
 - 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
 - o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		185.716	109.846
Ajuste de exercícios anteriores	5,2	(44.903)	(6.346)
Lucro líquido ajustado		140.813	103.500
Constituição da reserva legal - 5%	23,3	(7.040)	(7.420)
		133.773	89.734

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP	16	71.963	
Dividendos complementares obrigatórios	16		35.246
Reserva de lucros			105.737
Dividendo adicional proposto		61.810	
		133.773	140.983

23.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de lucros			
Legal	23,2	46.724	39.684
Retenção de lucros	23,3,1	734.753	734.753
Dividendo adicional proposto		61.810	
		843.287	774.437

23.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Investimentos da Companhia devido a mesma estar em fase de construção, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

23.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26.2 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	3.159	5.041
Serviços de manutenção	4.360	6.960
Serviços de limpeza e vigilância	3.597	5.742
Serviços ambientais	639	1.020
Serviços de informática	1.667	2.661
Serviços de publicação e publicidade	1	2
Serviços de telecomunicações	609	972
Serviços de transporte	766	1.223
Serviços Compartilhados	(723)	(1.154)
Outros	786	1.256
	14.861	23.723

26.3 Outras

A variação no exercício refere-se ao reconhecimento da perda pela alienação e desativação de bens em 2021, após os laudos realizados sobre imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à Companhia conforme Promessa de Compra e Venda, com anuência da CELGP, para o qual houve o reconhecimento de ajuste ao valor justo de imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A.

27 Resultado Financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras	7	24.961	7.578
Depósitos judiciais	12	6	
Outros juros e variações monetárias			1.029
Ajustes a valor presente			179
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras		(1.218)	(510)
Outras receitas financeiras		322	922
		24.071	9.198
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	19.2	(9.284)	(16.342)
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos	9	(22)	
Provisões	22.1.1	(866)	
Benefícios pós-emprego	20.1.1.4	(128)	
Arrendamentos e aluguéis		9	(364)
Outros juros e variações monetárias			(17)
Outras despesas financeiras		(402)	(17)
		(10.713)	(16.723)
		13.358	(7.525)

28 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	244.608	144.157
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(83.167)	(46.455)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(47)	(41)
Juros sobre o capital próprio	24.466	22
Outras	(144)	916
Despesa de IRPJ e CSLL	(58.892)	(45.558)
Alíquota efetiva	24,08%	31,60%

29 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	185.716	109.846
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	329.722	329.722
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,56325	0,33315

30 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

30.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

30.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	7					
Aplicações financeiras		Nível 2	214.751	193.362	214.751	193.362
			214.751	193.362	214.751	193.362
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	7					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.141	2.728	1.141	2.728
Disponibilidade da rede elétrica	8	Nível 2	30.687	26.206	30.687	26.206
Cauções	12	Nível 2	12.258	16.224	12.258	16.224
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	3.436	3.436		
			47.522	45.158	47.522	45.158
Total			262.273	238.520	262.273	238.520
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	15	Nível 2	25.613	2.864	25.613	2.864
Empréstimos e financiamentos	19					
Moeda nacional		Nível 2	85.809	97.247	85.825	97.247
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	26	26		
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	1.290	693		
Licenças ambientais	22.2	Nível 2	3.143	5.195	2.919	5.195
			115.881	105.306	115.076	105.306

30.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

30.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado. Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

30.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Empréstimos e financiamentos, Arrendamento e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro: (i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito; (ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e (iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

30.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

30.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas-de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

30.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos, financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 19, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado à IPCA. Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições a variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

30.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Cenário (I) Provável	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		até 1 ano	até 2 anos								
Aplicação financeira - CDB	CDI	214.751	26.866				241.617	6.914	13.916	(6.831)	(13.583)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	10.937	1.295	769			13.001	6.914	13.916	(6.831)	(13.583)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	225.688	28.161	769	-	254.618	13.828	27.832	(13.662)	(27.166)	
Empréstimos e financiamentos	IPCA	86.872	(8.126)	(18.889)	(4.742)		55.115	(4.629)	(9.488)	4.411	8.615
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	86.872	(8.126)	(18.889)	(4.742)	55.115	(4.629)	(9.488)	4.411	8.615	

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a. e IPCA entre 3,8% e 8,6% a.a.

30.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 19.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 13) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	31/12/2022						31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Fornecedores	21.017	4.221	375			25.613	2.864
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.755	2.685	7.082	53.074	21.229	85.825	97.247
Arrendamentos e aluguéis	21	63	152	303	154	693	
Licenças Ambientais	182	314	420	2.003		2.919	5.195
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				26		26	
	22.975	7.283	8.029	55.406	21.383	115.076	105.306

30.2

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2022
			Variação monetária e cambial	Adições/baixas	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	12	12.880	(3.349)	1.406	10.937
		12.880	(3.349)	1.406	10.937
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	16	35.246	(35.246)		61.169
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	97.247	(20.706)	(204)	9.488
Arrendamentos e aluguéis		-	(104)	(9)	806
		132.493	(56.056)	(213)	71.463
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		119.613	(52.707)	(1.619)	71.463

Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021
			Variação monetária e cambial	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos		39.340	(39.340)		35.246
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		106.440	(25.535)	16.216	126
Acionistas não controladores					
Capital social		670.449		(341.699)	328.750
Movimento relativo às atividades de financiamento		816.229	(64.875)	16.216	(306.327)

31.2 Transações não envolvendo caixa
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	61.169	35.246
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	2.919	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	806	
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão	25.613	
Total	90.507	35.246

32 Compromissos contratuais e Garantias**32.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento. Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão. Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2022			
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028
Responsabilidades com locações operacionais	126	157		283
Obrigações de compra				
Encargos de conexão e transporte de energia	166	245	193	604
Materiais e serviços	104.123	22.649	4.857	2.477
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	8.126	10.061	6.117	3.220
	112.541	33.112	11.167	5.697

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Vice-Presidente	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Henrique Manoel Marques Faria Lima Freire Conselheiro
--	---	---	---

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	José Gleyson Fernandes Silva Diretor Administrativo e Parcerias	Luiz Felipe Falcone de Souza Diretor de Relações Institucionais	Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor de O&M	André Caetano Rocha de Andrade Diretor de Obras, Reforços e Melhorias
--	---	---	--	---

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor Executivo de Contabilidade e Custos Contador - CRC 1SP271964/O "S" GO
--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

EDP Transmissão Goiás S.A.

Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Goiás S.A. (nova denominação da Celg Transmissão S.A.) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP Transmissão Goiás S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores correspondentes relativo ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2021 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, ora representados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 5, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 27 de fevereiro de 2023, sem qualquer modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022				
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	122	167			289
Obrigações de compra					
Encargos de conexão e transporte de energia	160	263	238		661
Materiais e serviços	100.523	24.187	5.883	4.299	134.892
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	7.927	13.181	9.602	5.960	36.670
	108.732	37.798	15.723	10.259	172.512

32.2 Garantias**32.2.1 Seguro garantia**

O montante de seguro garantia em 31 de dezembro de 2022 de R\$4.557, tem por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão.

Os valores em garantia referente os Empréstimos e Financiamentos (Nota 19), estão demonstrados em sua respectiva nota.

33 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	380.035	100.000
Responsabilidade civil		50.000
Transportes (veículos)		360.000
Seguro de vida	24.824	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O seguro de Responsabilidade Civil - Engenharia possui como segurado a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

34 Evento subsequente**34.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada**

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2